

# Cadernos **IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
Ano 16 • n° 275 • vol. 16 • 2018



## Tendências econômicas do mundo contemporâneo

Alessandra Smerilli

# Tendências econômicas do mundo contemporâneo

## *Economic tendencies of the contemporary world*

### **Resumo**

Vivemos em um mundo que passou nos últimos duzentos anos por progressos rápidos: várias nações saíram de estados atrasados de desenvolvimento econômico, a tecnologia está revolucionando empresas e trabalho. Enquanto olhamos admirados para os resultados obtidos nos perguntamos, no entanto, se realmente vivemos no melhor dos mundos possíveis, ou se precisamos de perspectivas diferentes, de novos modelos de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento econômico; Mundo contemporâneo; novos modelos de desenvolvimento.

### **Abstract**

We live in a world that has gone through the last two hundred years for fast progress: several nations have come out of backward states of economic development; technology is revolutionizing business and work. As we look at the results, we wonder, however, whether we really live in the best of possible worlds, or if we need different perspectives, new models of development.

**Keywords:** Economic development; Contemporary world; new development models.

Cadernos  
**IHU** *ideias*

**Tendências econômicas  
do mundo contemporâneo**

Alessandra Smerilli

Professora da Pontifícia Faculdade de Ciências da Educação  
"Auxilium" de Roma- Itália

**ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)**  
**ano 16 • nº 275 • vol. 16 • 2018**

Tradução: Ramiro Mincato

 **UNISINOS**

**INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS** 

**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** Pedro Gilberto Gomes, SJ

### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

### Cadernos IHU ideias

Ano XVI – Nº 275 – V. 16 – 2018

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** MS Rafael Francisco Hiller

**Imagem da capa:** cryptocurrency-3401786\_1920(pixabay)

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Editoração:** Gustavo Guedes Weber

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . .  
v.  
Quinzenal (durante o ano letivo).  
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.  
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).  
ISSN 1679-0316  
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.  
CDU 316  
1  
32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467  
Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

# TENDÊNCIAS ECONÔMICAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

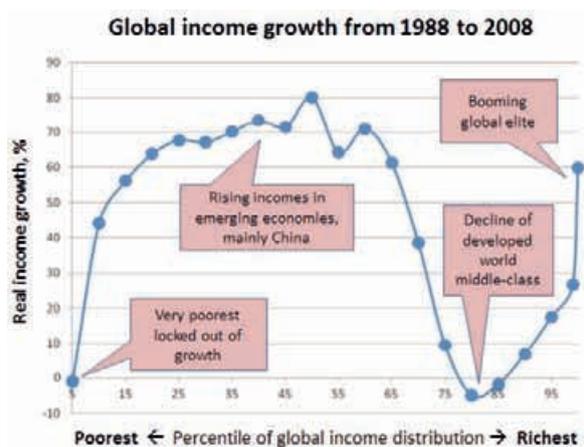
*Alessandra Smerilli*

Professora da Pontifícia Faculdade de Ciências da Educação  
"Auxilium" de Roma- Itália

## 1. Um mundo de 1%?

Os modelos econômicos que impulsionaram o desenvolvimento e o comércio nos levaram por um caminho não mais viável, o que compreendemos observando as repetidas crises financeiras, o ambiente e, também, o aumento da desigualdade global.

O estudioso da desigualdade Branko Milanovic<sup>1</sup> apresenta uma análise da desigualdade em nível global. Ficou famosa sua curva que parece um elefante:



<sup>1</sup> MILANOVIC, B. *Global Inequality: a new approach for the age of Globalization*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

Nesta curva notamos que aqueles que mais ganharam com a globalização foram as classes médias das economias emergentes, particularmente na Ásia, e as classes mais ricas das economias avançadas. A classe média das economias avançadas sofreu um desmoroamento.

Para citar apenas um dado, em 2016, oito pessoas no mundo possuíam a mesma riqueza de três bilhões e meio de pessoas, ou seja, a metade mais pobre da população mundial. No ano anterior eram dezesseis pessoas.

De acordo com o último relatório da Oxfam<sup>2</sup>, de toda a riqueza criada no ano de 2017, 82% foram para 1% da população mundial, enquanto os 50% menos ricos não se beneficiaram de nenhum aumento. A riqueza dos bilionários aumentou, no último ano, em 762 bilhões de dólares: um sétimo desse montante seria suficiente para tirar 789 milhões de pessoas da pobreza extrema. Os problemas não se resolvem transferindo riquezas com helicópteros, é claro. As coisas são mais complicadas, mas devemos levar essas questões a sério, e ocupar-nos com isso.

Em amplo estudo do Fundo Monetário Internacional (2013), feito com a renda disponível em 109 países, concluiu-se que, entre 1990 e 2010, as desigualdades internas cresceram em grande parte do mundo: entre os chamados países desenvolvidos (21 nações consideradas), em países emergentes (21), em países asiáticos (14) e nas nações do nordeste da África (12). As únicas regiões com diminuição da desigualdade foram a América Latina (19 países considerados) e a África Subsaariana (22), onde, no entanto, se registra um aumento da desigualdade para ao menos um quarto dos países considerados.

O último relatório do Fundo Monetário Internacional<sup>3</sup> confirma a tendência de crescimento da desigualdade. Em nível de países, nas economias avançadas a renda do 1% mais rico da população cresce três vezes mais rápido do que a renda do resto da população.

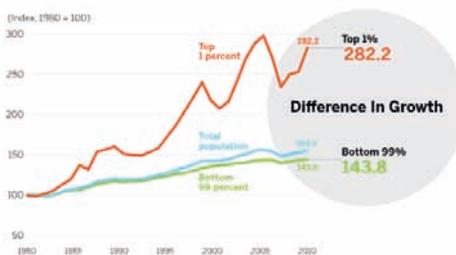
---

2 Relatório Oxfam 2018. *Recompensar o trabalho com a riqueza*. In: <https://www.oxfamitalia.org/wp-content/uploads/2018/01/Rapporto-Davos-2018.-Ricompensare-il-Lavoro-Non-la-Ricchezza.pdf>.

3 IMF Annual Report 2017: Promoting Inclusive Growth, in <http://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2017/eng/index.htm>.

**Figure 1.3 - Advanced economies, per capita real market income, 1980-2012**

In advanced economies, the incomes of the top 1 percent have grown three times faster than those of the rest of the population over the last three decades.



A propósito disto, é interessante observar mais de perto o que Angus Deaton<sup>4</sup>, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2015, tem a dizer.

Ele se pergunta muito claramente se o mundo é melhor hoje do que no passado. Mas tenha cuidado: não podemos olhar isoladamente para a riqueza, nem para a desigualdade, nem para a saúde. Devemos olhar para eles juntos. Também uma olhada na política nos permite ver mais claramente.

De maneira inteligente, não se pergunta se a desigualdade é certa ou errada, mas: quais são os efeitos da desigualdade? Que relação tem com o crescimento? E acima de tudo, quais são os efeitos sobre a saúde, doença e esperança de vida ao nascer?

Ao fazê-lo, questiona-se o Princípio de Pareto, usado em economia desde o início do século XX, para fazer comparações entre diferentes países do mundo. Um critério simples e, por esta razão, de sucesso: se passando de um estado A (onde estado significa situação, modo de vida, cenário...), para um estado B, alguns melhoram e todos os outros não pioram, então B é melhor que A.

Mas Deaton se pergunta: isso se aplica mesmo quando a desigualdade aumenta? É realmente verdade que o mundo melhora se poucos ganham muito dinheiro e todos os outros ganham pouco ou nada, mas não estão piores economicamente do que no passado?

Com sutileza, ele continua: não há nada de errado com o princípio de Pareto, e não devemos nos preocupar com a riqueza dos outros se não nos tornamos mais pobres. A questão é, e aqui está o erro dos economistas do *welfare*, que o princípio de Pareto é normalmente aplicado

4 DEATON, Angus. *La grande fuga*: Salute, ricchezza e origini della disuguaglianza. Bologna: Il Mulino, 2015.

apenas à riqueza e não a outras dimensões da vida, como a possibilidade de participação em uma sociedade democrática, de poder receber educação, de poder gozar de boa saúde e de não ser vítima da busca de riqueza dos outros. Deste modo, conclui-se: se o crescimento da renda dos mais ricos não reduz a renda dos outros, mas prejudica outros aspectos do bem-estar, então o princípio da eficiência paretiana, o grande dogma da religião capitalista, não pode ser invocado para justificar esta situação. E isso porque não se somam maçãs com batatas: a riqueza e o “bem-estar” (*wellbeing*) das pessoas são duas coisas diferentes, não comparáveis.

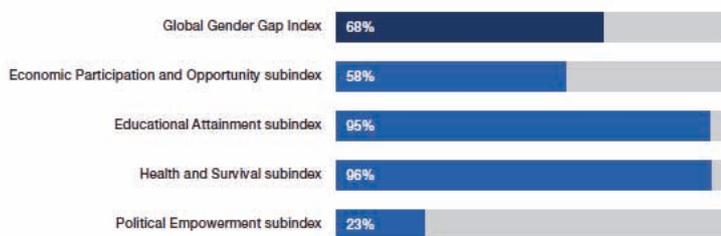
O progresso econômico traz consigo desigualdade, dizem os dados. E a desigualdade não traz maior bem-estar, na maioria dos casos. Porque esta desencadeia um círculo vicioso que prejudica a igualdade de oportunidades para todos. Os dados dizem, por exemplo, que nos Estados Unidos, onde a desigualdade é bastante alta, em 50% dos casos, a renda das crianças é determinada pela renda dos pais, e está forte e positivamente relacionada a ela. Aqueles deixados para trás, naquilo que Deaton chama de “a grande fuga” da pobreza, têm cada vez menos possibilidades: crianças que morrem hoje na África não teriam morrido na França ou nos Estados Unidos, nem mesmo 60 anos atrás.

### 1.1. Gender Gap

As desigualdades, infelizmente, persistem no mundo, mesmo em nível de homem-mulher. No mundo, vários relatórios são publicados sobre a situação das mulheres em relação aos homens, sobre oportunidades econômicas, direitos, liberdades e oportunidades iguais. A igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres ainda não foi alcançada em nenhum país do mundo. O relatório sobre o hiato de gênero, publicado pelo Fórum Econômico Mundial<sup>5</sup>, mede a diferença entre mulher e homem em quatro domínios: oportunidades econômicas e de emprego, educação, saúde e política. Em 2017, o índice global medido em 144 países foi de 68% (58% para a economia, 95% para educação, 96% para saúde e 23% para participação política).

---

5 <https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2017>.



Source: Global Gender Gap Index 2017.  
 Note: Covers all 144 countries featured in the 2017 index.

É claro que, se tomarmos como ponto de referência as regiões onde as mulheres não tinham permissão para trabalhar, exceto em casa, muitos passos foram dados. Mas não o suficiente, especialmente no nível cultural. De fato, estamos testemunhando uma espécie de “dissonância cognitiva social” entre os princípios declarados e os fatos concretos. Enquanto a igualdade de dignidade e o direito à igualdade de oportunidades são proclamados, as condições para a efetiva realização desses princípios não são criadas. Muito disso é devido a uma série de *implícitos* que condicionam todos, homens e mulheres, e obscurecem a visão. E assim, por exemplo, ver em uma Conferência um palco onde são relatores somente homens parece normal, mas se forem apenas as mulheres a falar, pareceria estranho, a menos que se estivesse falando sobre escola ou serviços sociais. Além disso, estudos dizem que meninas com apenas sete anos já estão convencidas de que são menos habilidosas do que seus pares em assuntos científicos. E, no entanto, os dados dizem que a taxa de instrução universitária e de sucesso na universidade é mais alta para as mulheres do que para os homens.

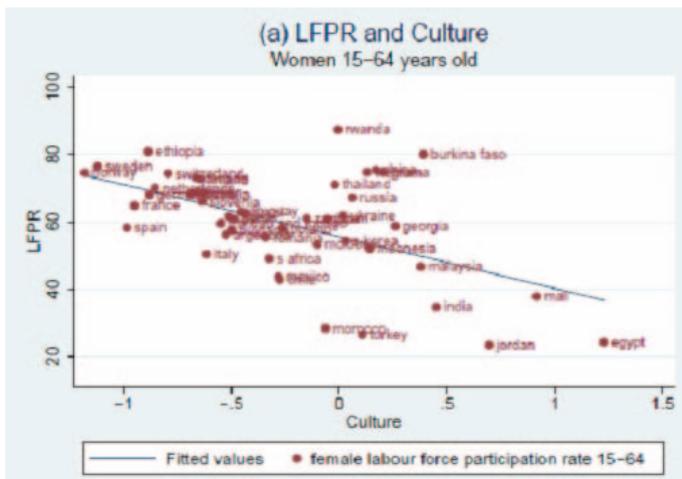
Que explicações são dadas a esse fenômeno? Eles são principalmente culturais. Por exemplo, a World Values Survey, uma pesquisa mundial sobre os valores, que recolhe dados em todo o mundo, anualmente, tem uma série de perguntas que permitem perceber as atitudes em relação às mulheres.

As perguntas, entre outras, são:

- *When jobs are scarce, men should have more right to a job than a woman* (Quando empregos são escassos, homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres);
- *Being a housewife is just as fulfilling as working for pay* (Ser dona de casa é tão gratificante quanto trabalhar por salário);
- *A university education is more important for a boy than for a girl* (Uma educação universitária é mais importante para um menino do que para uma menina);
- *Men make better political leaders than women* (Homens são melhores líderes políticos do que as mulheres);

- *Men make better business executives than women* (Homens são melhores executivos do que mulheres).

Constrói-se, assim, uma medida de síntese que, colocada em relação à participação do mercado de trabalho, faz ver que quanto mais existem atitudes culturais negativas em relação às mulheres, menos elas trabalham:

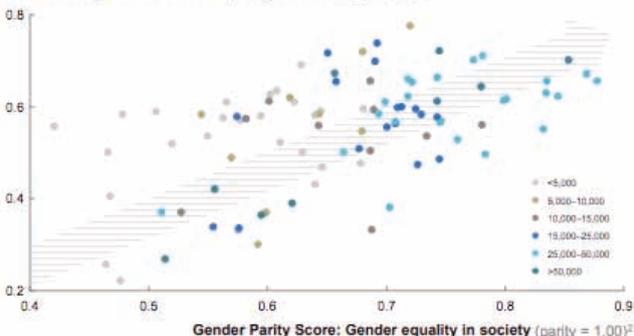


Da mesma forma, a paridade no local de trabalho está intimamente relacionada com as atitudes em relação às mulheres na sociedade, como mostra o gráfico a seguir:

#### Gender equality in society is linked with gender equality in work

Per capita GDP levels, 2014 purchasing-power-parity international dollar

Gender Parity Score: Gender equality in work (parity = 1.00)<sup>1</sup>



Outras explicações baseiam-se em algumas diferenças homem-mulher que são observadas nos experimentos, e que garantem aos homens, em certos contextos competitivos, terem maior sucesso.

Pesquisas recentes sugerem que as mulheres são mais relutantes do que os homens em realizar interações competitivas. Além disso, o desempenho dos homens, em comparação com as mulheres, melhora em ambientes competitivos. Desta forma, à medida que a competitividade de um ambiente cresce, por sua vez, o desempenho e a participação dos homens aumentam em comparação com o das mulheres.

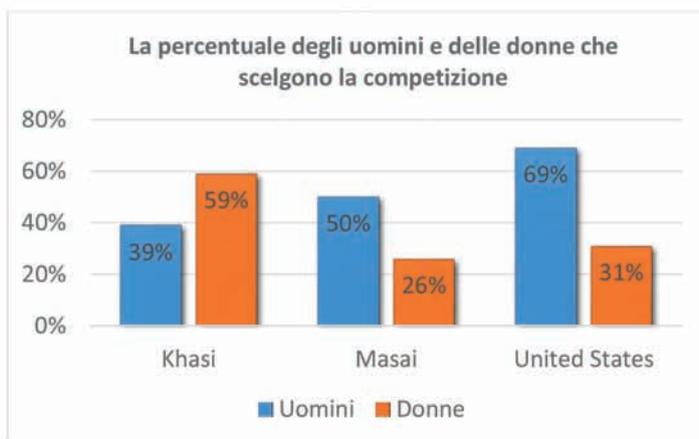
Em situações competitivas, onde somente a melhor pessoa do grupo é recompensada, os homens reagem com esforço extra, enquanto as mulheres não. Por exemplo, a um grupo de meninos e a um grupo de meninas foi solicitado resolver o maior número possível de problemas com um computador em 15 minutos, recebendo um dólar para cada problema resolvido. Os resultados do primeiro experimento mostraram que as meninas conseguiram obter o mesmo resultado que os meninos.

Um segundo grupo foi incentivado a competir: à pessoa que resolveria mais problemas seria pago proporcionalmente mais. Descobriu-se que os meninos, diante de uma situação mais competitiva, aumentaram significativamente o número de problemas resolvidos em 15 minutos, enquanto as meninas resolveram o mesmo número de problemas que na situação menos competitiva.

Foi pedido às crianças para correrem 40 metros em uma pista, uma de cada vez. Depois que os resultados dos alunos individuais foram cronometrados, os que alcançaram a mesma velocidade foram colocados para competir uns contra os outros. Normalmente, se uma pessoa é competitiva, ter uma pessoa correndo ao seu lado deve motivá-la a correr mais rápido e vencer a corrida imaginária.

Como no experimento anterior, os meninos acabaram reagindo mais intensamente na situação competitiva, correndo mais rápido do que quando corriam isoladamente. As meninas não pareciam reagir fortemente à situação competitiva, chegando aos mesmos resultados anteriores.

De uma maneira bastante surpreendente, porém, quando experimentos sobre competição são realizados em sociedades matriarcais, resultados diferentes são obtidos:



No caso da sociedade matriarcal Khasi, no nordeste da Índia, os comportamentos competitivos são escolhidos mais pelas mulheres<sup>6</sup>.

Isso confirma como a educação e as normas sociais também modelam o comportamento econômico. Como resultado, é possível trabalhar as atitudes e habilidades de mulheres e homens. Mas em qual direção? Infelizmente, e às vezes sem consciência, os estudos econômicos pressupõem o masculino como norma e o feminino como desvio dessa norma. Afinal, o mundo econômico e financeiro foi construído, na teoria e na prática, um pouco sobre os parâmetros masculinos — mulheres economistas na história do pensamento, até tempos muito recentes, são contadas em uma mão, e até hoje a única mulher economista prêmio Nobel, Elinor Ostrom, não foi considerada por seus colegas como uma verdadeira economista, por seus “estranhos” interesses no bem comum e nas comunidades.

Talvez devêssemos começar a fazer perguntas diferentes à teoria e à prática. Por exemplo: estamos realmente certos de que uma maior propensão ao risco é boa? Ou: reagir melhor aos incentivos monetários torna melhores nossos empreendimentos e vidas? Foi demonstrado, analisando as empresas cotadas na bolsa, que aquelas com um maior número de mulheres presentes no topo (neste caso são predominantemente empresas ocidentais e, portanto, onde as mulheres são mais avessas ao risco) mantiveram-se muito melhores em face das crises nos últimos anos, e poucas faliram, ao contrário de empresas com conselhos de administra-

6 GNEEZY, Uri and LIST John. *The Why Axis: Hidden Motives and Undiscovered Economics of Everyday Life*. RH BOOKS, 2013.

ção exclusiva ou predominantemente masculinos. Outra área é a da cooperação: os dados mostram que nas mulheres há uma maior propensão a cooperar e resolver dilemas em grupo: é uma deformação, uma estranheza feminina, ou através da educação e uma maior colaboração entre homens e mulheres poderíamos aprender todas as regras e boas práticas para mais comportamentos cooperativos? Devemos tentar tirar os óculos que nos fazem enxergar a racionalidade econômica tipicamente masculina (instrumental, ligada a incentivos, à meritocracia) como regra, e começar a nos perguntar se as diferenças observadas no comportamento podem oferecer sugestões para cenários alternativos, que fariam a economia e as finanças mais humanas, porque mais representativas de todo o ser humano, masculino e feminino.

## 2. Um mundo sem trabalho?

O Fórum Econômico Mundial indica que, desde 2015, o custo horário de um robô é igual ao de uma pessoa. Diante das rápidas mudanças que estão ocorrendo, as propostas são de taxar o robô ou o valor agregado de sua contribuição, para tornar mais conveniente o uso da pessoa.

Na realidade, a ideia que está surgindo, de fábricas como caixas vazias, com muita produção e poucos trabalhadores, é bastante forçada. Mas, mesmo que as piores previsões fossem verdadeiras, a narração de um futuro nefasto não o melhorará nem o atrasará. O investimento em tecnologia, treinamento e nova organização do trabalho é essencial para não ficar de fora dos processos de mudança.

O problema não é que os robôs cheguem (e bem-vindos se a produtividade aumentar), mas é como acompanhar esse processo e como garantir que uma produtividade maior não se torne apenas um lucro extra.

Com relação às transformações no mundo do trabalho, segundo estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>7</sup>, nos próximos dez anos, 9% dos trabalhadores existentes serão completamente substituídos pelos robôs, enquanto 35% passarão por uma transformação.

No novo cenário, as mesmas formas de trabalho mudam. Por meio do trabalho organizado diretamente por uma plataforma digital (*crowd work*), um operário em qualquer parte do mundo é capaz de trabalhar para pessoas e empresas graças às ordens da plataforma virtual à qual

7 Cf. ARNTZ, M., GREGORY, T., ZIERAHN, U. *The Risk of Automation for Jobs in OECD Countries: A Comparative Analysis*, OECD Social, Employment and Migration Working Papers, N. 189, Paris: OECD Publishing, 2016. <http://dx.doi.org/10.1787/5jlz9h56dvq7-en>.

estará conectado. Esse tipo de atividade laborativa está desprotegida de tutela legal e não se enquadra no marco legal dos direitos dos trabalhadores do século XX. Por esta razão, surgem questões sobre os padrões mínimos de proteção para este tipo de trabalhador. Acima de tudo, o direito a uma remuneração mínima decente; em segundo lugar, fornecer garantias de segurança; finalmente, pensar e estabelecer critérios em base aos quais a plataforma distribui os pedidos.

É necessário, portanto, pensar em novas soluções legislativas capazes de apreender as especificidades desse novo tipo de trabalhador que não é nem subordinado, nem autônomo, nem trabalhador quase-subordinado. Como destacado pela jurisprudência inglesa sobre o caso Uber, os trabalhadores da nova era estão invadindo os esquemas legais tradicionais, porque a revolução tecnológica minou as categorias nas quais eles se baseiam. E assim, o juiz concluiu que esses trabalhadores são basicamente *trabalhadores (workers)*, e não *ocupados* (empregados), isto é, dependentes. O objetivo deve ser garantir a esses trabalhadores a oportunidade de exercer os mesmos direitos sindicais já reconhecidos aos demais trabalhadores, a partir da faculdade de constituir representantes sindicais no local de trabalho, também com funções contratuais e exercício de seus direitos (greve incluída), sem comportamentos discriminatórios e punitivos a este exercício.

Com *trabalho "ágil"*, o trabalhador se conecta a uma estação de trabalho virtual dentro da empresa, e executa atividades de trabalho remoto. O *trabalho ágil* não é simplesmente trabalhar em casa, mas consiste em orientar o desempenho para o resultado e não "ao tempo", garantindo que o trabalhador cresça em conhecimento, protegendo o profissional independente.

### 2.1. Renda cidadã

Diante das mudanças no mundo do trabalho e das previsões de um crescente desemprego estrutural, por causa dessas transformações, está avançando em muitos países a proposta de uma renda cidadã, como política de combate à pobreza e como reação ao crescente desemprego. É uma medida de apoio em favor dos excluídos, dos excluídos do trabalho. A pergunta a fazer é: que mensagem traz um cheque mensal, mesmo que temporário? Que o trabalho é simplesmente um meio para viver e para poder consumir? Mas o trabalho é uma dimensão tão importante do ser humano, que não poder expressar-se através do trabalho das próprias mãos nos faz sentir não pertencentes à sociedade em que vivemos. De fato, o trabalho é um meio para poder viver, mas é também muito mais. Através do trabalho, dizemos ao mundo quem somos, o que sabemos

fazer. O trabalho é cooperação, é o lugar onde nos tornamos adultos, é a nossa contribuição para tornar o mundo mais bonito: por isso, impedir um jovem de trabalhar é um ato violento, é a violência de impedi-lo de participar deste grande projeto.

O quanto o trabalho, e o trabalho bem feito, seja importante para nossas vidas, o quanto pode ser uma tábua de salvação, mesmo nos momentos mais sombrios e difíceis, nos lembra Primo Levi, contando um episódio de sua vida nos Campos de Concentração: “Mas em Auschwitz, muitas vezes, notei um fenômeno curioso: a necessidade de um *‘trabalho bem feito’* está tão profundamente arraigada, que faz com que também o trabalho imposto, trabalho escravo, seja bem feito. O pedreiro italiano que salvou minha vida, trazendo-me comida em segredo por seis meses, odiava os nazistas, sua comida, sua língua, sua guerra; mas quando o colocavam a fazer paredes, ele as fazia retas e sólidas, não por obediência, mas por dignidade profissional”<sup>8</sup>.

Quando mencionei essa expressão de Primo Levi durante uma aula em uma bela sala de museu, o guarda, um artesão, comentou: aquela parede era ele; os nazistas achavam que o tinham reduzido a um número e ele, com seu trabalho bem feito, nessas condições extremas, pretendia ser muito mais do que os outros viam.

A questão agora é perguntar-se se o subsídio de renda do cidadão será percebido como um apoio aos esforços de procurar emprego, ou como uma declaração de pertencer ao número de cidadãos categoria B, os que não são bons o suficiente.

Há um segundo cenário que está aparecendo no horizonte. Para apresentá-lo, começamos com um raciocínio meramente econômico. Imaginemos que em uma dada produção existam 100 pessoas empregadas e seu salário diário é de 1 (medida genérica). Essa produção gera uma demanda de 100, para ser utilizada em consumo, poupança e investimentos. De repente, as inovações tecnológicas fazem com que sejam suficientes 75 pessoas para a mesma produção. Ficam fora 25 pessoas, que se tornam desempregadas. Os desempregados consumirão necessariamente menos e, portanto, a demanda não será superior a 100, mas menor, mesmo que os desempregados recebam um subsídio de emergência ou uma renda de subsistência. Se a demanda diminuir, diminuirá a produção, que poderá, neste ínterim, ter visto outras inovações e ulteriores reduções do número de pessoas necessárias.

8 LEVI, Primo. *L'uomo salvato dal suo mestiere*: Intervista di Philip Roth a Primo Levi. In BELPOLITI, M. (a cura di), *Primo Levi: conversazioni e interviste, 1963-1987*, Torino: Einaudi, 1997, p. 85.

Mas vamos tentar ver a situação e as perspectivas de maneira diferente. Imagine, por exemplo, que, em face das inovações, que são estruturais, podemos manter todas as pessoas empregadas na produção, fazendo-as trabalhar seis horas por dia, em vez de oito, pagando, no entanto, por dia, o mesmo salário de antes (algo bastante realista graças às tecnologias). Ao fazer isso, poderíamos reduzir o desemprego, não diminuiria o nível de demanda, e liberaria horas que poderiam ser usadas de maneira diferente. Na história, as normas sociais sobre a duração e o valor de um dia de trabalho mudaram. Algumas mudanças ocorreram espontaneamente ao longo do tempo, outras exigiram momentos de ruptura, lutas e organização coletiva, como os sindicatos. E hoje os sindicatos devem estar mais conscientes de que os trabalhadores a serem defendidos são também aqueles que gostariam de trabalhar e não podem, pessoas que não têm nenhuma proteção.

## 2.2. Trabalho e cuidado

A mudança proposta, no entanto, não é simplesmente a de “trabalhar menos, trabalharem todos”. O futuro que está à porta, além de ver as revoluções tecnológicas e a automação do trabalho, também é acompanhado pelo aumento da idade média, pelo declínio nos nascimentos (ao menos na Itália), com o conseqüente aumento das necessidades de cuidados e assistência. Então, as horas liberadas, e pagas como se fossem a mais, pelo menos segundo a lei atual, poderiam ser devolvidas à sociedade de maneira diferente: para o cuidado de crianças, idosos, os mais fracos, nas famílias e bairros de referência, e para o cultivo de relacionamentos e de humanidade. Esta proposta, que poderíamos chamar de trabalho *part-time* para todos e atividades de cuidado para todos, foi concebida pela filósofa canadense Jennifer Nedel-sky, que escreve em uma entrevista: “Todo mundo tem que cuidar, e ninguém deve ficar em casa desempregado, e todos devem ter um emprego remunerado, mesmo que o trabalho *part-time* signifique ‘bom’ trabalho. É por isso que a expressão ‘*part time*’ deve ser revista, não deve ser entendida como se entende hoje, mas como uma nova forma de viver o trabalho, um novo ‘trabalho *full-time*’ para todos, juntamente com o cuidado”.

Neste cenário, os recursos utilizados pela REI<sup>9</sup> deveriam ir em apoio à redução das horas trabalhadas por dia de cada pessoa, sabendo também que se cada um se dedicasse, duas horas por dia, à atividade de

---

<sup>9</sup> Renda de inclusão, ou seja, um apoio que o Estado, por meio dos municípios, dá às famílias pobres, seja em termos de dinheiro, seja em termos de inserção no trabalho. (Nota do tradutor)

cuidar, os custos de atendimento à pessoa, a cargo do Estado, também diminuiriam. Claramente, não se trata de cuidados profissionais, mas de horas de assistência. As empresas também poderiam ser envolvidas nesse processo.

Esta proposta é diferente do slogan “trabalhar menos, trabalhar todos”: está dizendo que o trabalho e o cuidado de si e dos outros são duas dimensões coessenciais da vida, que nos tornam mais humanos. Não conheço realmente o caráter de uma pessoa até que a observe enquanto trabalha, e, ao mesmo tempo, não conheço realmente seu coração e seu grau de humanidade até que a veja cuidando de outra pessoa.

Uma mudança tão importante na forma de entender o trabalho e o cuidado é um daqueles processos que exigem protestos e conquistas coletivas. É um presente para toda a sociedade que hoje pode vir principalmente, e talvez exclusivamente, das vozes das mulheres. Sim, porque tradicionalmente o papel do cuidado tem sido atribuído às mulheres, que hoje, se querem trabalhar, devem se dividir, às vezes de maneira exaustiva e insustentável, entre o trabalho e o cuidado. Mas se a cura é uma dimensão essencial do ser humano, e você não será totalmente humano se não cuidar dos outros (a própria limpeza de um quarto é um cuidado para quem ali vai viver), então, todos nós devemos nos tornar mais conscientes. Encontraremos nova relação com o trabalho, se encontrarmos uma nova relação com o cuidado, homens e mulheres juntos.

A proposta, por enquanto apenas imaginária, que destaquei neste discurso, certamente não é obtida no curto prazo, mas seria uma evolução necessária e desejável para uma sociedade mais madura, onde todos possam expressar-se como pessoas, no trabalho e no cuidado de si mesmo e dos outros. Para que seja uma *eutopia* (bom lugar) e não uma *utopia* (não lugar), seria necessário um compromisso coletivo, uma visão ampla e um horizonte de longo prazo. Começar a confrontar-se a respeito dela é um primeiro passo necessário, que pode representar o início de um processo.

### 3. Um mundo sem recursos naturais?

As teses do “Clube de Roma”, uma associação fundada em 1968, afirmavam que, se o mundo continuasse a se mover na mesma direção, em certo momento entraria em colapso.

Na imagem a seguir, as linhas tracejadas são as previsões da época sobre o aumento do produto industrial, do produto de serviços, a disponi-

bilidade de alimentos, as tendências demográficas, mas também a poluição e consumo de recursos. As linhas contínuas, ao invés, são o caminho, de fato, percorrido.

Qual era a ideia por detrás dessa previsão, desses modelos de simulação baseados na teoria dos sistemas? A ideia era, infelizmente, relativamente simples. Era baseada na equação de Voltaire. São basicamente duas curvas, dois sinos ligeiramente deslocados.

Pense-se, por exemplo, na caça às baleias, no século XIX, antes da chegada do petróleo. O óleo de baleia era utilizado em muitas atividades, um produto em crescimento de demanda, do ponto de vista econômico. A primeira curva mostra a quantidade de baleias caçadas, a segunda curva é a quantidade de navios caçando baleias, e as duas curvas sobem: é um bom negócio, diriam alguns, é uma boa atividade. Mas acontece que, em algum momento, a quantidade de baleias caçadas é tão alta que não há mais substituição. A partir daí a quantidade de baleias caçadas começa a cair.

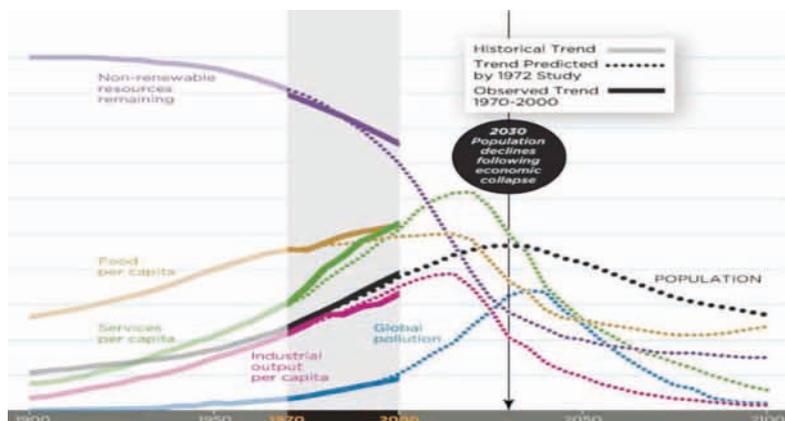
O que faz o homem diante dessa situação? Este é um modelo que descreve o jogo entre presa e predador. O homem se comporta de maneira diferente dos outros animais: na natureza, esse jogo resultaria em uma recomposição da quantidade de predadores. Mas, neste caso, o homem tem a tecnologia.

O que faz, então? Ele insiste, e ao contrário, coloca ainda mais navios. Vai, inclusive, caçar baleias nos mares onde elas nunca tinham sido caçadas... mas isso só serve para acelerar a queda do estoque de baleias, até que o sistema entra em colapso.

As previsões do Clube de Roma contavam sobre uma população que em 2020 atingiria oito bilhões de pessoas e, nesse ponto, o sistema entraria em colapso. Estamos quase lá. Mas, na época, este modelo entrava em colapso porque, pode-se ver, caía a quantidade de alimento, a linha laranja; isto é, a um certo ponto, o ambiente estaria tão destruído que não haveria mais alimentos, o que faria a população cair. É claro que o modelo fundamentalmente não previa a capacidade de inovação. É, de qualquer modo, muito plausível e preocupante.

O colapso, a insustentabilidade, hoje, vem principalmente de dois elementos: da destruição do meio ambiente e da desigualdade, da disparidade, da injustiça na distribuição dos recursos.

Aqueles que lidam com meio ambiente e desenvolvimento sustentável, para a parte ambiental cunharam agora o termo *planetary boundaries*, ou seja, os limites do planeta.



A sustentabilidade é hoje um dos grandes temas da economia e da sociedade. Talvez seja “o tema”. Até poucos anos atrás, o mundo da sustentabilidade e o da pobreza não eram facilmente compreendidos, e muitas vezes estavam em lados opostos de batalhas civis. Quem se ocupava com a defesa do meio ambiente, de animais e plantas, tinha linguagem, categorias e inimigos diferentes das ONG e organismos que se ocupavam na luta contra a pobreza e a miséria. A defesa das baleias e a garantia de uma vida decente para os filhos do Sub-Saara eram objetivos não facilmente alinhados entre si. E, às vezes, quem estava no campo da pobreza considerava um pouco esnobe quem se dava ao luxo de estilos de vida sustentável, com produtos orgânicos, frequentemente associados a preços mais altos, e a elites de intelectuais que não estavam muito interessadas na pobreza real, ao menos parecia. ‘Mani tese’ e ‘Slow Food’ não eram duas faces da mesma moeda.

Nos últimos anos, por outro lado, estamos percebendo que a sustentabilidade é apenas uma: o comportamento ambientalmente insustentável transforma-se imediatamente em pobreza nova e antiga, e desigualdade. Lemos na *Laudato Si’* (LS):

Custa-nos a reconhecer que o funcionamento dos ecossistemas naturais é exemplar: as plantas sintetizam substâncias nutritivas que alimentam os herbívoros; estes, por sua vez, alimentam os carnívoros que fornecem significativas quantidades de resíduos orgânicos, que dão origem a uma nova geração de vegetais. Ao contrário, o sistema industrial, no final do ciclo de produção e consumo, não desenvolveu a capacidade de absorver e reutilizar resíduos e escórias. Ainda não se conseguiu adotar um modelo circular de produção que assegure recursos para todos e para as gerações futuras e que

exige limitar, o mais possível, o uso dos recursos não renováveis, moderando o seu consumo, maximizando a eficiência no seu aproveitamento, reutilizando e reciclando-os. A resolução desta questão seria uma maneira de contrastar a cultura do descarte que acaba por danificar o planeta inteiro.<sup>10</sup>

É proposto um modelo de economia circular que permitiria a um sistema de produção sustentável contrastar com a cultura do descarte que danifica o planeta e seus habitantes<sup>11</sup>.

Em sua história e tradição, a ciência econômica sempre teve dificuldades em entender a sustentabilidade, e nos perguntamos por quê. Um primeiro motivo é a ausência da categoria limite. Quando, por exemplo, curvas de indiferença são construídas em microeconomia, que permitem a escolha entre bens diferentes, um dos princípios fundamentais, o chamado axioma, é o princípio da não saciedade<sup>12</sup>. Este princípio postula que, em paridade com as outras condições, um consumidor sempre escolherá, entre dois, um cesto com maior quantidade de mercadorias. Ter mais é sempre melhor, isso parece sugerir a teoria econômica. É claro que o centésimo par de sapatos me dará uma utilidade adicional muito menor do que o segundo par, e esse é o princípio da utilidade marginal, que cresce em taxas decrescentes, mas um par a mais é sempre melhor. Em outras palavras, a utilidade adicional derivada do consumo de um bem nunca poderá ser negativa. O que significa, portanto, a ausência do limite, a menos que o limite seja dado por uma restrição orçamentária, ou seja, não ter recursos para poder pagar mais um par de sapatos.

O princípio da não saciedade também é acompanhado pelo processo de maximização da utilidade: o objetivo do consumidor é maximizar sua utilidade, o objetivo do produtor é maximizar os benefícios e minimizar os custos. Estas lógicas nos fazem entender como é difícil falar sobre limitações em termos econômicos, a menos que esse limite não se torne parte das restrições, mas ter um limite nunca pode ser uma meta a ser alcançada. Isso também depende da cultura dominante nos séculos XVIII e XIX, quando a economia nasceu e se desenvolveu, dominada pela absoluta escassez de bens e por uma terra em grande parte desabitada, e que parecia ilimitada. Mover a fronteira sempre para frente parecia o objetivo mais natural da ciência econômica.

---

10 IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). *Carta Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Loyola, 2015, n. 22.

11 Cf. LACY, Peter. RUTQVIST, Jakob. LAMONICA, Beatrice. *Circular Economy: Dallo spreco al valore*. Milano: EGEA, 2015.

12 Outros axiomas são os de completude, continuidade e transitividade.

Em segundo lugar, com o tempo, assistimos ao eclipse da Terra entre os fatores produtivos: nos primeiros modelos econômicos, os fatores produtivos eram dados pela terra, capital e trabalho. Com o tempo, apenas capital e trabalho permaneceram, e a terra desapareceu. O economista italiano Achille Loria<sup>13</sup>, por exemplo, no início do século XX, queixava-se precisamente do eclipse da terra, e considerava este eclipse a principal causa que impedia a economia de compreender o capitalismo. O ambiente dos economistas tornou-se, assim, o artificial da fábrica, dos escritórios, e fomos deixando a terra cada vez mais como pano de fundo de um mundo antinatural. O economista romano Federico Caffè, por exemplo, começou seus cursos de Economia de Produção (e não do consumo, como se faz hoje), porque, segundo ele, o estudante deve entender como e onde as mercadorias são formadas, antes de serem consumidas. E, para entender como nascem e se criam os bens, a terra é essencial; ela foi considerada, durante séculos, o único fator fértil e capaz de gerar valor pela sua fecundidade intrínseca. De único fator, a fator esquecido: esse era o destino da terra na ciência econômica moderna. E, no entanto, como nos lembra *Laudato Si'*, se não vemos a terra, inevitavelmente, tendemos a ultrajá-la e destruí-la.

Além disso, o *benefício mútuo*, princípio básico da ciência econômica, tem sido aplicado apenas às relações inter-humanas, mas não à terra ou a outros recursos não antrópicos, com os quais a relação não foi concebida como *reciprocidade*, mas predatória. As trocas de mercado são feitas porque são mutuamente vantajosas, cada um tem algo a ganhar na troca. É também por isso que os mercados são tão difundidos e também podem ser concebidos como grandes atos de cooperação humana. O mesmo princípio, no entanto, não se aplica à relação com a terra, que nos cálculos econômicos é apenas explorada. É iluminante, neste sentido, uma passagem de *LS*:

Sempre se verificou a intervenção do ser humano sobre a natureza, mas durante muito tempo teve a característica de acompanhar, secundar as possibilidades oferecidas pelas próprias coisas; tratava-se de receber o que a realidade natural por si permitia, como que estendendo a mão. Mas, agora, o que interessa é extrair o máximo possível das coisas por imposição da mão humana, que tende a ignorar ou esquecer a realidade própria do que tem à sua frente. Por isso, o ser humano e as coisas deixaram de se dar amigavelmente a mão, tornando-se contendentes. Daqui passa-se facilmente à ideia dum crescimento infinito ou ilimitado, que tanto entusiasmou os economistas, os teóricos da finança e da tecnologia. Isto supõe

---

13 Cf. LORIA, Achille. *Verso la giustizia sociale*. Milano: Società Editrice Libreria, 1904.

a mentira da disponibilidade infinita dos bens do planeta, que leva a 'espremê-lo' até ao limite, e para além do mesmo. Trata-se do falso pressuposto de que 'existe uma quantidade ilimitada de energia e de recursos a serem utilizados, que a sua regeneração é possível de imediato e que os efeitos negativos das manipulações da ordem natural podem ser facilmente absorvidos.<sup>14</sup>

Finalmente, os paradigmas escolhidos pela economia foram o animal e a física: não a biologia, nem o vegetal. Os modelos económicos nunca tomaram como exemplo o mundo das plantas, que teria muito a nos ensinar: 99% da biomassa terrestre é feita de plantas. Isso significa que no reino animal e, portanto, também ao homem, resta menos de 1%. Estamos cercados pelo reino vegetal, que foi capaz de evoluir e se adaptar tão bem a ponto de povoar quase todo o planeta. Mas sabemos pouco, quase nada deste reino. Também porque se move a uma velocidade muito menor que a nossa: muitas vezes é necessário adoecer ou envelhecer, diminuir a velocidade, para combinar com a vida das plantas.

O homem sempre foi fascinado pela capacidade das plantas de gerarem vida: semeamos um grão e ganhamos cem, mil. Uma capacidade de vida infinitamente maior e mais poderosa que a dos animais, que em toda a sua existência pode gerar poucos filhos. Plantas, flores e prados têm imensa capacidade reprodutiva.

Quando 500 milhões de anos atrás a evolução se bifurcou em plantas e animais, as plantas decidiram ficar paradas. Desta escolha depende muito, quase tudo, da diferença entre animais e plantas. Sempre morando no mesmo lugar, as plantas devem aprender a conhecer o ambiente perfeitamente. Elas têm mais de vinte sentidos, e não cinco como nós, para poder resistir. Elas então tiveram que aprender a realizar todas as nossas funções, mas sem órgãos: as plantas sentem, veem, decidem, mas com todo o seu corpo. Diante de problemas no ambiente circundante, os animais podem se mover, as plantas não, e, portanto, devem encontrar outras soluções para sobreviver. Sua inteligência é difundida em todas as células de organismos vegetais: uma planta pode perder 90% de suas raízes e corpo e ser capaz de sobreviver e se comunicar com os outros. Cada extremidade de uma raiz de planta pode detectar pelo menos 15 tipos diferentes de parâmetros químicos e físicos. Às vezes, um rebento também pode brotar de um tronco cortado (como bem sabia Isaías<sup>15</sup>). A vulnerabilidade e a extrema suavidade das plantas, portanto, produziram uma grande resiliência às crises.

---

14 IGREJA CATÓLICA. Papa (2013-: Francisco). *Carta Encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Loyola, 2015, n. 106.

15 *Is* 11, 1.

O que o mundo das plantas tem a dizer sobre a economia?

Os empreendimentos dos séculos passados foram estruturados no modelo animal: uma forte divisão funcional do trabalho e uma ordem hierárquica. Esta organização hierárquica e funcional permitiu às empresas correrem muito, para deslocar-se em busca de oportunidades, de reagir aos estímulos e às mudanças do ambiente, de se tornarem a organização mais bem-sucedida nas décadas da grande “mudança climática”, especialmente se confrontadas com as comunidades civis e políticas, muito mais lentas, mais democráticas, mais difundidas, ancoradas no território. As empresas foram, e são, as grandes vencedoras da história evolutiva do nosso tempo velocíssimo. A um certo ponto, no entanto, na virada do milênio, o ambiente do mundo humano mudou drasticamente com a chegada da Internet e das redes, que se assemelham às plantas.

A mesma metáfora da rede ou da teia (web) nos lembra muito de perto a vida difundida das plantas, certamente não dos órgãos e hierarquias dos animais. E quem hoje quer se mover nesse novo ambiente, deve respirar, ouvir, lembrar, conversar com todo o corpo: como as plantas. Deve, portanto, repensar e superar a estrutura hierárquica rígida. Quem hoje quer sobreviver e crescer na nova economia é cada vez mais chamado a evoluir descentralizando e espalhando todas as funções (incluindo as empreendedoras), renunciando a um controle hierárquico de todos os processos e decisões, ativando e fortalecendo todas as células do corpo. O modelo econômico animal não se mostrou capaz de sustentabilidade, mas, em geral, depredou a terra. Não fomos bons hóspedes da terra: ela nos deixou entrar, abriu a mesa e deu-nos frutos, mas não a respeitamos como devíamos. O capitalismo do terceiro milênio será vegetal?<sup>16</sup>

Já foi observado que, ao imitar certos organismos vegetais, haveria ferramentas mais baratas e mais rápidas para explorar os planetas, ou para construir redes de comunicação eficientes. O mundo das plantas e sua taxa de inovação nos dizem que organizações hierárquicas e subdivisões em órgãos não são muito inovadoras. A inovação precisa de conhecimento generalizado, inteligência coletiva. A complexidade do mundo atual poderia ser lida mais facilmente, olhando para o mundo das plantas, que foram capazes de desenvolver redes extremamente complexas. Talvez a “irmã planta” possa nos dar novas palavras para reaprender a viver em uma terra da qual somos guardiões – *Shomer* –, não predadores.

---

16 Sobre estes temas cf. MANCUSO Stefano. *Plant revolution*. Firenze: Giunti Editore, 2017.

### 3.1. *Uma economia do limite, inspirada por Gandhi*

Uma contribuição interessante para o encontro entre economia e limite vem da Índia, de Gandhi<sup>17</sup>, que formulou, entre as muitas reflexões, alguns princípios econômicos.

Sua regra geral era: *o menos é preferível ao mais*. Porque, quando é possível, é mais inteligente ter menos coisas, esvaziar do que encher, usar o essencial e não o supérfluo. Por que devo ter cinco bens se são suficientes quatro? No humanismo de Gandhi, o “mais” não é um sinal de abundância, mas de desperdício e, portanto, de irracionalidade, de estupidéz. Mas sua primeira lei econômica, que também exercita certo fascínio sobre nós, é exatamente o oposto da lei que estabelecemos na base do capitalismo ocidental e de sua teoria econômica. Todo o sistema comercial e de publicidade está baseado exatamente na insaciabilidade dos consumidores. É melhor levar três e pagar dois. Crescimento, PIB e mercados são fruto e desenvolvimento deste simples axioma.

Como seria a nossa economia, nosso mundo, nosso planeta, nosso bem-estar, se em vez da regra da não saciedade tivéssemos seguido a ideia de Gandhi? Se tivéssemos escolhido a sobriedade em vez do consumismo, reduzir em vez de aumentar, diminuir em vez de crescer? Teríamos produzido menos, corrido menos, teríamos um planeta menos poluído. Teríamos sido mais parecidos com plantas e outras criaturas na terra, que não conhecem a lei do supérfluo, mas somente a do necessário.

Outra solicitação interessante do pensamento de Gandhi diz respeito à relação entre economia e ética. Segundo Gandhi, não há distinção entre economia e ética. O valor de uma ação econômica deve ser medido com base em sua influência no corpo, alma, espírito e relacionamentos das pessoas envolvidas. Uma atividade é de valor se desenvolver todas as pessoas e todas as dimensões da pessoa, diríamos hoje, com Paulo VI, com o conceito de desenvolvimento humano integral. Se olharmos para o comércio, o trabalho, as atividades, mesmo as acadêmicas, devemos avaliar tudo com este olhar: são atividades que nos fazem crescer em todas as dimensões? Permite-nos desenvolver relacionamentos? Fazem-nos crescer espiritualmente? Somente se essas dimensões forem respeitadas, nossa vida será sustentável e, com ela, toda a economia.

### 3.2. *A força das finanças*

Em um mundo onde as finanças dominam a economia real, a questão da sustentabilidade não pode ser enfrentada sem levar em conta os instrumentos financeiros.

---

17 SALIO, Giovanni. *Gandhi*. Economia gandhiana e sviluppo sostenibile. Torino: edizioni Seb27, 2000.

Um dos instrumentos que temos à disposição para a sustentabilidade e para direcionar a economia em vista da tutela da terra é o financeiro: por meio do dinheiro se move a produção, se move o trabalho. Investimentos sustentáveis e responsáveis podem ser um sinal importante para dar passos em direção a uma economia mais humana e mais équa.

Investimento Sustentável e Responsável é uma estratégia de investimento de médio e longo prazo que, na avaliação de empresas e instituições, integra a análise financeira com a ambiental, social e de bom governo, a fim de criar valor para o investidor e para a sociedade como um todo.<sup>18</sup>

Como funcionam as finanças sustentáveis, e como é feita a seleção de fundos que podem garantir a sustentabilidade? As sociedades de gestão da poupança mais atentas a essas dimensões geralmente operam com dois critérios: a exclusão daqueles que não garantem a sustentabilidade e o prêmio daqueles que trabalham de maneira virtuosa.

Em primeiro lugar, parte-se com critérios de exclusão na seleção da carteira de títulos, ou seja, ações e títulos de Estados e Empresas que fazem parte de um fundo de investimento:

- Exclusões setoriais (setor petrolífero, investimentos de risco, etc.);
- Exclusões baseadas no não cumprimento de convenções internacionais (minas antipessoais, biodiversidade, corrupção, regulamentos da OIT sobre trabalhadores...);
- Exclusão baseada no desrespeito dos direitos humanos (exclusão dos Estados que aplicam a pena de morte, etc.).
- Excluindo empresas e Estados que não se enquadram nos critérios estabelecidos, procede-se à construção de um ranking das qualificações, de forma a selecionar os *best in class* de acordo com alguns critérios:
  - Ambiental (redução de emissões poluentes, uso eficiente de energia, relatórios ambientais, etc.);
  - Social (saúde e segurança no local de trabalho, políticas para o respeito dos direitos humanos, igualdade de oportunidades e igualdade de gênero);
  - Governança (separação do presidente/AD<sup>19</sup>, presença de um código de ética, planos de remuneração...).

As empresas e Estados que passarem por essas triagens entrarão no universo investível de fundos que querem garantir critérios de sustentabilidade aos investidores. Poderia parecer que, ao querer atender a to-

<sup>18</sup> Definição que expressa a posição oficial do Fórum para Finanças Sustentáveis, resultado de um grupo de trabalho *ad hoc* com a participação dos principais atores do financiamento sustentável na Itália - setembro de 2014.

<sup>19</sup> A.D. Administrador Delegado ou Diretor Executivo (ndt).

dos esses critérios, se estaria privando de oportunidades de investimentos lucrativos. Mas não!

A literatura recente sobre finanças está provando que a atenção à sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa se traduz em investimentos menos arriscados e mais lucrativos no médio e longo prazo. Não só isso, estudos que começaram a levar a sério o risco ESG (risco decorrente de fatores relacionados a questões ambientais, sociais e de governança – em inglês Environmental, Social, Governance, da qual a sigla ESG), que têm um impacto sobre o desempenho dos títulos de um fundo comum de investimentos, revelam a alta e significativa correlação com o tradicional risco da carteira. Este resultado é um primeiro importante passo para a integração das variáveis ESG no cálculo do risco dos investimentos em 360°, potencialmente úteis na definição da *alocação de ativos* e/ou na definição de novos parâmetros de risco/rendimento, a fim de avaliar a tendência dos fundos sujeitos a investigação.

Escolhas de futuro, na direção da sustentabilidade, de uma economia sustentável, no contexto dos institutos religiosos, paróquias, dioceses, movimentos cristãos, poderiam ter um grande poder evocativo.

Se os maiores fundos do mundo, como o BlackRock e o Vanguard Group, estão começando a avaliar a oportunidade de tais investimentos, então os tempos estão maduros para uma mudança de paradigma: precisamos de uma empresa iniciante por razões intrínsecas, e não apenas por mera conveniência.

A sustentabilidade é um olhar para as gerações futuras, mas também uma maneira de viver uma vida reconciliada, amiga da terra, da natureza, permeada de gratuidade.

#### **4. Conclusão**

Nesta contribuição, depois de refletir sobre as questões importantes da economia atual e do conceito de sustentabilidade, vimos como é difícil para a ciência econômica, por como ela veio se desenvolvendo ao longo do tempo, entender e adotar o conceito de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, vivemos em um momento histórico em que há uma consciência crescente de que não podemos continuar no caminho já traçado, e que devemos identificar caminhos novos, mais respeitosos das pessoas e do meio ambiente.

A ciência econômica, também chamada de ciência triste, foi construída sobre os pilares do individualismo metodológico e da racionalidade instrumental. Nos últimos anos, tem havido muitas tentativas de “compli-

car” essa ciência, levando em conta a advertência de Hirschman<sup>20</sup> que, em seu famoso artigo *Against parcimony*, alertou contra os perigos do reducionismo da ciência econômica. Hoje não é mais um tabu na economia falar de bens relacionais, de reciprocidade, de racionalidade expressiva, da racionalidade do nós, etc. Nestas aberturas para uma nova ciência econômica, as mulheres estão desempenhando um papel importante, na transição de uma ciência triste e da riqueza, para uma ciência da felicidade pública (porque compartilhada). Mas as mulheres devem ocupar esses espaços que hoje se abriram, olhando também a economia como um campo de vida boa, como o lugar que, talvez mais do que outros, precisa de bens relacionais, intuição e, sobretudo, gratuidade.

Kate Raworth<sup>21</sup>, em seu livro *L'economia della ciambella (The Doughnut Economics)*, descreve os objetivos de longo prazo da humanidade, com a imagem de uma rosquinha doce, ou seja, dois círculos concêntricos. Dentro do círculo interno (no buraco) estão as privações críticas para a humanidade (analfabetismo, fome, etc.); além do círculo externo, que representa o teto ecológico, há a degradação ambiental, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, etc.

Entre os dois círculos da chamada rosquinha há o espaço dentro do qual podemos atender às necessidades de todos, dentro dos limites do planeta. A autora então descreve os objetivos econômicos que devemos necessariamente colocar dentro dos limites da rosquinha.

Em uma passagem a autora centra-se sobre o princípio da não saciedade e sobre o crescimento: “metáforas espaciais, como ‘bom é para cima’ e ‘bom é para frente’, estão profundamente enraizadas na cultura ocidental, moldando nosso modo de pensar e falar ... adaptado à convicção profunda, expressa por Paul Samuelson, em seu livro, de que mesmo que uma quantidade maior de bens materiais não seja em si a coisa mais importante, uma sociedade é mais feliz quando progride” (p. 61). E conclui que é necessária uma profunda mudança em nossas metáforas: do “bom é para cima”, para o “bom está no equilíbrio”.

Outro sinal de esperança, sinal de que uma nova economia é possível, vem justamente de uma mulher genial: Chiara Lubich, que deu vida à economia da comunhão<sup>22</sup>. Um projeto nascido do coração e da intuição de uma mulher que, durante uma viagem bem aqui no Brasil, ficou sensi-

---

20 HIRSCHMAN Albert, *Against Parsimony: Three easy ways of complicating some categories of economic discourse*, in *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences*, Massachusetts, v. 37, n. 8, p.11-28, 1984.

21 RAWORTH, Kate. *L'economia della ciambella: Sette mosse per pensare come un economista del XXI secolo*. Milano: Edizioni Ambiente, 2017.

22 Cfr. <http://www.edc-online.org>.

bilizada com as favelas que rodeavam a cidade de São Paulo, como uma coroa de espinhos. E para realizar o ideal da primeira comunidade cristã (ninguém entre eles passava necessidades), ela inventou novas empresas, que devem ser rentáveis, para colocar em comunhão: uma parte para o desenvolvimento da empresa, uma parte para a ajuda imediata aos pobres e, finalmente, uma parte para a formação de pessoas novas, porque, diz ela, sem pessoas novas não haverá uma economia nova.

E são precisamente essas experiências que fazem ver que as lentes da teoria econômica devem ser renovadas, porque esta, com suas categorias, não consegue lê-las.

A economia, em um tempo maravilhoso e ao mesmo tempo difícil como o nosso, que apresenta grandes desafios, e particularmente os da terra ferida, pode e deve tornar-se o que está inscrito em sua etimologia: mais *oikos nomos*, governo da casa comum. Uma casa comum que precisa da economia: não há bem comum sem economia. O bem comum precisa de uma economia mais humilde, sóbria, sustentável, mais bonita, mais solidária, mais de comunhão. Ele precisa da “irmã economia”.

## Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 48 – *Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



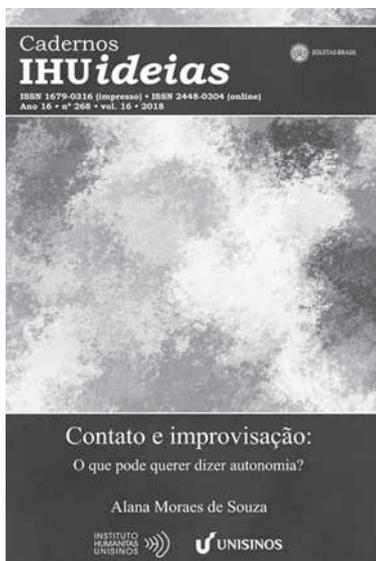
Nº 130 – *Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben* – Joel Decothé Junior

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 53 – *Por Onde Navegam? Estudo sobre jovens e adolescentes do Ensino Médio de São Leopoldo e Novo Hamburgo* – Hilário Dick, José Silon Ferreira & Luis Alexandre Cerveira

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 268 – *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopolos midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras a entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Julio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À mea luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurelio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araujo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airlton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de ‘A Teoria da Classe Ociosa’* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *‘Esta terra tem dono’. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éldia Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesselring
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Gunter Koppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Girã: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristalina Deckmann Fleck

- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lúgao Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kem
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barreto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atício Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mário Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mariñes Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vilrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candeido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhési
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávoro
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascuço: um historiador calílico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljénitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Peltzer
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hatge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caelano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrou Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimidades culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luiz do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnocracia segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente: solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUÁ: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Ruda Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natália Martinuzzi Castilho

- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordil Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universalidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Beninca e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturrut Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Fiorlodi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lilia Martin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Vigada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: o caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibemético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acavaum Oliveira



**Alessandra Smerilli.** Religiosa das Filhas de Maria Auxiliadora, tem 43 anos e é originária de Vasto (Chieti). Ensina economia política e elementos de estatísticas na Pontifícia Faculdade de Ciências da Educação “Auxilium” de Roma. Em 2014, doutorou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de East Anglia (Norwich, Reino Unido), e, em junho de 2006, recebeu um PhD em Economia pela Faculdade de Economia na “Sapienza” de Roma.

### **Algumas obras do autor**

SMERILLI Alessandra, Introduzione al Dossier, in *Rivista di Scienze dell'Educazione* 55 (2017)2, p. 178-181.

\_\_\_\_\_. Editoriale. Riconoscersi figli di un unico Padre, in *Rivista di Scienze dell'Educazione* 52 (2014)1, p. 6-8.

\_\_\_\_\_. Introduzione al Dossier, in *Rivista di Scienze dell'Educazione* 51(2013)3, p. 342-343.

\_\_\_\_\_. *Crescente bisogno di democrazia economica*, in *Bollettino di Dottrina Sociale della Chiesa* 13 (2017)3, p. 115-120.

### **Outras contribuições**

SMERILLI Alessandra. “*É preciso biodiversidade também nas finanças*”. Entrevista publicada por IHU On-Line, em 18 de maio de 2018. Disponível em: [www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579102](http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/579102)

\_\_\_\_\_. *Trabalho por dignidade e honra*. Artigo publicado por IHU On-Line, em 29 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568121>



**UNISINOS**